Relatório Econômico Guiados pelas estrelas

Porto Asset Management









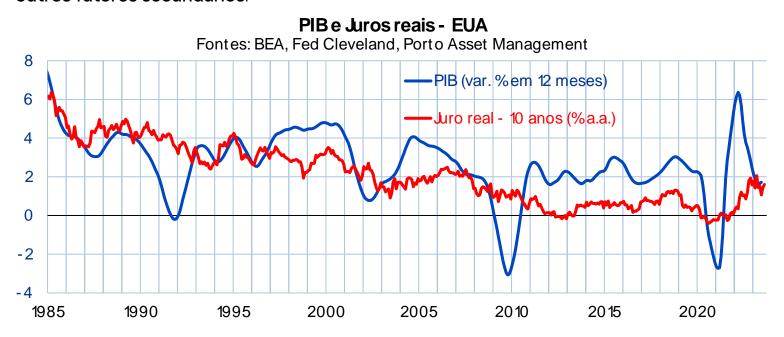






A economia americana tem emitido sinais encorajadores de desinflação. Nesse sentido, o mercado já precifica a proximidade do final do ciclo de altas e se prepara para o início do processo de normalização da taxa de juros nos EUA. Surge então a pergunta: qual é o nível normal da taxa de juros? A resposta conceitual é o chamado juro neutro, ou r* ("r-estrela"). Vale para os EUA assim como para o Brasil, que já inaugurou o movimento de queda da taxa básica de juros. Logo, a identificação do nível do r* é relevante para saber, entre outras coisas, quão longe o Copom consegue levar a Selic.

Sabemos que uma taxa de juros muito elevada desestimula consumo e investimentos, esfria a economia e desacelera a inflação; simetricamente, uma taxa muito baixa tem o efeito oposto. Portanto, existe uma taxa intermediária que não aquece nem esfria a economia — esse patamar é o juro neutro. Essa é uma construção teórica, não exatamente medida nem observada. Ainda assim, podemos estimar o r* porque entendemos que ele é determinado fundamentalmente por crescimento econômico e outros fatores secundários.



De maneira simplificada, podemos considerar que o "presente" será mais valioso em uma economia que naturalmente cresce mais — afinal, se sabemos que riquezas nos esperam no futuro, vamos exigir uma remuneração maior para poupar agora. Dito de outro modo, uma taxa mais acelerada de crescimento da economia está associada a um juro neutro maior. A figura acima ilustra como estão relacionados os grandes ciclos do PIB americano e da taxa de juros de longo prazo. Essa comparação sugere que, em grande parte, a taxa de juros nos EUA no passado recente permaneceu baixa porque essa economia já não crescia com a mesma velocidade dos anos 80 e 90.

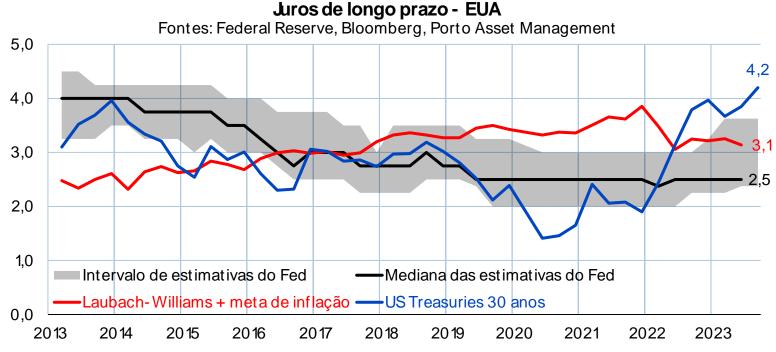




Além do crescimento, outros fatores como a abrangência e a competição no mercado de capitais, a propensão a poupar da população, seu perfil demográfico e a percepção de risco também exercem sua influência sobre o juro neutro. Entre esses fatores, o risco fiscal tem se destacado no passado mais recente. A economia americana é a maior do mundo, e a capacidade de financiamento do governo americano é muito robusta. Contudo, o elevado patamar da dívida pública, aliado às projeções de déficits primários relevantes por todo o horizonte de projeções do Congresso Americano põem em risco essa avaliação, sobretudo porque os financiadores clássicos da economia americana (Europa, China e Japão) também enfrentam dificuldades em suas próprias economias.

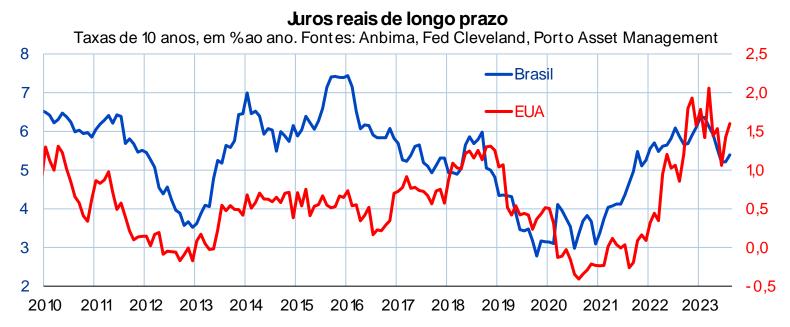
A combinação da taxa de crescimento com esses outros fatores nos dá uma boa ideia do nível do r*. Um modelo que ganhou notoriedade na estimação do juro neutro foi elaborado por Thomas Laubach e John Williams (hoje diretor do Fed de NY), carregando os sobrenomes dos autores. Esse modelo condensa as variáveis que exploramos acima em uma única medida, e nos dá uma pista do nível em que os juros nos EUA devem se equilibrar, depois que o Fed normalizar a política monetária.

Para além desse modelo, os diretores do Fed divulgam suas estimativas de juros de longo prazo, que também podem ser entendidas como suas visões para o juro neutro. Diante dessas estimativas, dos preços de mercado e dos riscos que observamos, sobretudo na seara fiscal, vemos como crescente a possibilidade de que, nos próximos anos, o juro básico definido pelo Fed se estabilize em patamares mais próximos do topo dessas estimativas.





Para a economia brasileira, os determinantes do juro neutro são essencialmente os mesmos. Aliás, no nosso caso específico, um fator crucial é justamente o nível global de juros, uma vez que a economia brasileira é significativamente sensível aos fluxos de capital estrangeiro. Inspirados no trabalho de Laubach & WIlliams, nós desenvolvemos uma estimativa de r* para o Brasil, com algumas modificações em relação ao modelo original para o adaptar à nossa realidade de país emergente.



Nossa estimativa sugere que o juro neutro vinha em trajetória cadente desde 2005, mas se elevou substancialmente após a pandemia, na esteira da significativa expansão fiscal promovida durante esse período – doméstica e internacionalmente. E no momento atual, os três principais fatores que explicam o r* apontam para uma taxa mais elevada.

Primeiro, o crescimento econômico tem ganhado força. Parte disso nasce da expansão fiscal, sobretudo na forma de transferências do governo. Ainda que políticas desse tipo não tenham uma relação inequívoca com o crescimento de longo prazo (haja visto o desempenho da economia brasileira nos últimos dez anos), é fato que enquanto esse impulso durar, o r* segue inflado.

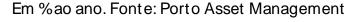
Segundo, os juros externos estão elevados – por uma combinação de razões boas (crescimento) e ruins (risco). Isso quer dizer que o r* que equilibra oferta e demanda de recursos no Brasil compete com taxas maiores lá fora, e, por isso, também aumenta.

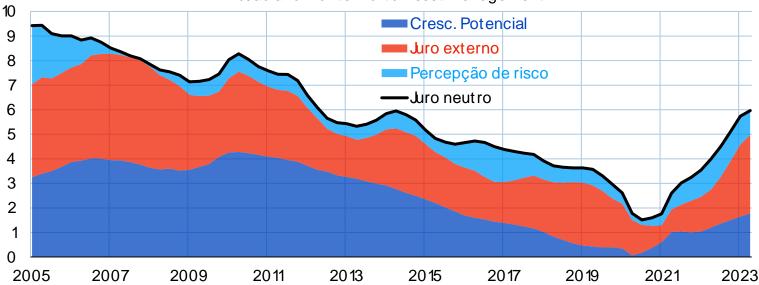
Finalmente, o ambiente de risco doméstico segue latente, sobretudo diante da incerteza persistente ao redor das sustentabilidade das contas públicas. A reação do mercado ante a divulgação do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 ilustra a fragilidade do momento.

Setembro/2023



Juro real neutro - Brasil





Como disse o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, em discurso recente na conferência de Jackson Hole, a execução da política monetária é como navegar sob as estrelas – em alusão ao r* e às demais variáveis não observáveis dos modelos econômicos.

A principal dificuldade aqui é identificar justamente onde essas estrelas se encontram. Do nosso lado, cabe apontar também para onde vemos essas estrelas migrando. Seguimos reforçando que, sem a contribuição da política fiscal, a monetária não consegue ser muito eficaz. Será um grande desafio para o Fed reduzir substancialmente a taxa de juros sem maior atenuação do expansionismo fiscal nos EUA.

E por aqui, com juros americanos persistentemente elevados, e risco fiscal latente, o r* mais baixo que experimentamos no final da década passada pode ter ficado para trás. Esse é o fundamento por trás da nossa avaliação de que, nas condições atuais, o mais prudente para o BC é concluir o ciclo de normalização com a Selic em 9,25%.

		2021	2022	2023 (p)	2024 (p)	2025 (p)
PIB	var.acum.%	5,0	2,9	3,0 (2,3)	1,5 (1,5)	1,5 (1,5)
IPCA	var.acum.%	10,1	5,8	4,8 (4,8)	3,3 (3,3)	3,3 (3,3)
BRL	R\$/US\$, dez	5,58	5,22	4,80 (4,80)	4,90 (4,90)	5,00 (5,00)
Selic	%, dez	9,25	13,75	11,75 (11,75)	9,25 (9,25)	9,25 (9,25)

(p): atual (anterior)

A Porto Asset Management é responsável pela elaboração desse material, mas não se responsabiliza por quaisquer atos e/ou decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por meio de suas publicações e projeções. Todos os dados e/ou opiniões aqui presentes não devem ser tomados, em nenhuma hipótese, como base, balizamento, guia ou norma para qualquer documento, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados e/ou análises desta publicação deverão ser assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo a Porto Seguro Investimentos de todas e quaisquer responsabilidades decorrentes do uso deste material. Site: https://www.portoseguro.com.br/fundos-de-investimento

